



ALVARÁ PARA LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS FLORESTAIS

ALSF nº 92 / 2023

Validade: 22/08/2024

A Secretaria de Município de Meio Ambiente (SMA) criada pela Lei n.º 5.769, de 27 de junho de 2013; com respaldo na Lei Complementar n.º 140/2011, na Resolução CONAMA n.º 237/1997, na Resolução CONSEMA n.º 372/2018 e alterações, no Termo de Cooperação de Delegação de Competência para o Licenciamento e Fiscalização Florestal n.º 16/2018, firmado com a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura - SEMA e com base nos autos do **Processo Administrativo n.º 633/2023**, expede o presente Alvará para Licenciamento de Serviços Florestais que autoriza:

Requerente:

Nome / Razão Social: Município de Santa Maria - Secretaria de Município de Infraestrutura e Serviços Públicos
CPF / CNPJ: 88.488.366/0001-00
E-mail: smis@santamaria.rs.gov.br

A executar:

Manejo da arborização urbana, arboretos e árvores isoladas (supressão e/ou poda de árvores nativas e exóticas), conforme identificação a seguir:
CODRAM: 10440,20 - porte único, potencial poluidor baixo (Resolução CONSEMA n.º 372/2018 e alterações)

Localização:

Lugradouro: Rua Garibaldi Luiz Shimitiz
Bairro / Distrito: Campestre do Menino Deus
Coordenadas geográficas (SIRGAS 2000): Lat.: -29°39'28.22"S / Long.: -53°47'38.48"O

Árvore(s) nativa(s) a ser(em) suprimida(s):

Nome popular:	Nome científico:	Quantidade:
Maricá	<i>Mimosa bimucronata</i>	02
Pitangueira	<i>Eugenia uniflora</i>	08
Ingá	<i>Inga sp.</i>	06
Chá-de-bugre	<i>Casearia sylvestris</i>	02
Guajuvira	<i>Cordia americana</i>	03
Camboatá-vermelho	<i>Cupania vernalis</i>	01
Açoita-cavalo	<i>Luehea divaricata</i>	01
Chal-chal	<i>Allophylus edulis</i>	01
Cedro	<i>Cedrela fissilis</i>	01

Palmeira(s) nativa(s) a ser(em) suprimida(s):

Nome popular:	Nome científico:	Quantidade:
Jerivá	<i>Syagrus rommanzofiana</i>	01

Árvore(s)/Arbusto(s) exótica(s) a ser(em) suprimida(s):

Nome popular:	Nome científico:	Quantidade:
Goiabeira	<i>Psidium guajava</i>	02
Amoreira	<i>Morus nigra</i>	01
Ameixa-amarela	<i>Eriobotrya japonica</i>	01
Mangueira	<i>Mangifera indica</i>	02
Violeteira	<i>Duranta repens</i>	03
Cinamomo	<i>Melia azedarach</i>	01
Yucca	<i>Yucca sp.</i>	01
Limoeiro	<i>Citrus sp.</i>	01

Condições e restrições a serem observadas:

1. Recomenda-se que no planejamento e execução das supressões autorizadas, a equipe responsável seja orientada e supervisionada por um profissional habilitado.
2. Deverá haver replantio futuro dos indivíduos suprimidos e autorizados por este Alvará Para Licenciamento de Serviços





Florestais (ALSF), de acordo com a viabilidade e espaçamento da via.

3. Este ALSF somente terá validade se acompanhado do projeto técnico aprovado e da Licença Única (LU) para a atividade de drenagem pluvial urbana e pavimentação asfáltica.

4. Somente o podador em sistema elétrico de potência deverá ser designado para trabalhos próximos a redes elétricas, conforme estabelecido na NR 10 (Norma Regulamentadora de Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, do Ministério do Trabalho e Emprego / MTE).

5. A poda de galhos junto ou próximo a rede de distribuição de energia elétrica deverá ser executada pela RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

6. Os resíduos da poda e/ou supressão deverão ser destinados a local adequado e devidamente licenciado, de modo a não obstruir recursos hídricos e não significar potencial foco de incêndio.

7. As motosserras a serem utilizadas no manejo florestal deverão estar devidamente regularizadas junto ao IBAMA.

8. O material lenhoso resultante das supressões não poderão ser queimados no local e deverão ser dispostos de forma a prevenir qualquer foco de incêndio.

9. Os executores dos serviços deverão ser habilitados e equipados com Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) necessários aos serviços a serem executados.

10. Deverá efetuar o isolamento da área ao entorno com margem de segurança a circulação de pessoas.

10.1. Em caso de avanço do isolamento em áreas de circulação de veículos (ruas, avenidas e estacionamentos), deverá prever um corredor de passagem de pedestres.

11. O abastecimento com combustível e lubrificantes deverá ser realizado sem que o solo seja atingido.

12. A madeira obtida não poderá ser transportada para fora do local sem emissão do Documento de Origem Florestal (DOF), junto ao órgão ambiental competente.

13. Quanto a Avifauna: Deverá ser verificado previamente a existência de ninhos com a presença de ovos ou filhotes no local. Caso constatado, deverá ser suspenso qualquer manejo do exemplar até que se tenha segurança quanto a desocupação do mesmo.

14. Quanto as Abelhas: Deverá ser verificado previamente a existência de colmeias de abelhas nativas e não nativas. Caso constatado, deverá ser suspenso o manejo no exemplar.

15. Este ALSF deverá estar disponível no local do manejo florestal para fins de fiscalização.

16. As condições e restrições anteriormente elencadas deverão ser respeitadas, visto que o seu descumprimento poderá implicar sanções constantes na Lei Federal n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos crimes ambientais) e Decreto Federal n.º 6.514, de 22 julho de 2008.

Santa Maria/RS, na data da assinatura digital.

**SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE MEIO AMBIENTE
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA - RS**

Em conformidade com o Parecer Técnico n.º 375/2023

Autenticidade: ZC717X66349433

